

**A “VERDADE” E A “VEROSSIMILHANÇA” EM O MONGE DE CISTER, DE
ALEXANDRE HERCULANO**

**THE “TRUTH” AND “VERISIMILITUDE” IN THE MONK OF CISTER, BY
ALEXANDRE HERCULANO**

Cristiane Navarrete Tolomei¹
Doutora em Letras
Universidade Federal do Maranhão
(cristiane.tolomei@ufma.br)

RESUMO: No terreno movediço onde se interceptam literatura e história situa-se **O Monge de Cister** (1848), do escritor português Alexandre Herculano, obra que exemplifica o gênero narrativo conhecido como romance histórico. Nessa obra tem-se recriado determinado período da história portuguesa medieval, mais especificamente o reinado de D. João I (1385-1433), com ênfase no ano de 1389. O romance apresenta, conseqüentemente, uma localização temporal e espacial bem definida, integrando num mesmo ambiente personagens históricas e ficcionais e referencia instituições e grupos sociais comprovados historicamente. **O Monge de Cister** é um relato de Lisboa do final do século XIV, focalizando também épocas anteriores e também subsequentes ao século XIX. O romance apresenta um caráter dinâmico, assinalando as mudanças decorridas na história de Portugal, utilizando o narrador de digressões para jogar com os diferentes tempos. Em vista disso, este artigo traz uma leitura de **O Monge de Cister** com o objetivo de analisar a linha tênue entre verdade e verossimilhança na obra literária romântica na reconstituição da época de D. João I, pelo viés ficcional, pois a literatura e a história se interpenetram, se fundem e se completam dentro da obra em questão.

Palavras-chave: Literatura. História. Verossimilhança. **O Monge de Cister**. Alexandre Herculano.

ABSTRACT: On the shifting ground where literature and history are intercepted lies **The monk of Cister** (1848), by the Portuguese writer Alexandre Herculano, a work that exemplifies the narrative genre known as historical novel. In this writing a certain period of medieval Portuguese history has been recreated, more specifically the reign of D. João I (1385-1433), with emphasis in the year 1389. The novel presents, therefore, a well defined temporal and spatial location, integrating, in the same environment, historical and fictional characters and references historically proven institutions and social groups. **The monk of Cister** is an account of Lisbon from the end of the fourteenth century, also focusing on earlier times and also subsequent to the nineteenth century. The novel provides a dynamic narrative, marking the changes that have occurred in the history of Portugal, using the narrator of digressions to play with various times. In view of this, this article presents a reading of **The monk of Cister** in order to analyze the tenuous line between truth and verisimilitude in romance literary work in the reconstitution of D. João I times, by fictional bias, because literature and history interpenetrate, merge and complete within the work in question.

Keywords: Literature. History. Verisimilitude. The monk of Cister. Alexandre Herculano.

¹ Professora Adjunta da área de Literaturas de Língua Portuguesa, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus Bacabal. Atualmente, coordena o Grupo de Estudos e de Pesquisa Literatura e Imprensa (GEPELI/FAPEMA/CNPq). E-mail para contato: cristiane.tolomei@ufma.br.

Introdução

O presente artigo intitulado “A ‘verdade’ e a ‘verossimilhança’ em **O Monge de Cister**, de Alexandre Herculano” tem como objetivo analisar como se processa a relação da história e da ficção no romance português, obra que exemplifica o gênero narrativo denominado romance histórico.

Trazemos neste texto a análise da confluência entre história e ficção em **O Monge de Cister**, além da importante leitura acerca da figura do narrador, entidade significativa no processo de construção da narrativa e dos confrontos entre a “verdade” e o “verossímil”.

Herculano, pelo viés literário, constrói um período importante de Portugal, quando o país começava a sua formação e delimitação de seu território na Europa. Para essa reconstrução, o autor mescla personagens ficcionais e históricas para a ambientação espacial e temporal do romance. Em vista disso, dividimos este artigo em dois momentos: o primeiro, no qual apresentamos um breve panorama histórico do período medieval português, cenário histórico de toda a trama, e sua relação com aspectos ficcionais; e o segundo, apresentamos a análise do narrador.

Entrecruzamento entre História e Ficção em **O Monge de Cister**

No romance **O Monge de Cister** (1848), do escritor romântico português Alexandre Herculano, depreende-se um panorama histórico de Portugal do século XIV, focalizando-se o reinado de D. João I (1385-1433), com ênfase no ano de 1389, e a ordem de Cister. Em *flashback* são trazidos os anos de 1383 a 1385, que registram os acontecimentos que possibilitaram a tomada do poder pelo Mestre de Avis, derrotando a rainha Leonor Teles, viúva do rei D. Fernando.

Em 1367 iniciou-se o reinado de D. Fernando, filho de D. Pedro, que herdava um reino em paz e rico. As perspectivas para Portugal eram bastante positivas, tendo em vista que o rei tinha um bom relacionamento com a nobreza e se mostrava desejoso de paz interna e de promessa de paz com os vizinhos castelhanos.

Nesse período já se tinham alcançado consideráveis progressos na economia portuguesa, no entanto, a introdução da moeda, cada vez em maior quantidade, não chegara ainda ao ponto de transformar as rendas monetárias em importância superior às rendas naturais. As transações comerciais com o estrangeiro encontravam-se

equilibradas ou até favoráveis à balança portuguesa, do que resultava um saldo positivo para a economia de Portugal.

Este florescimento crescente da economia portuguesa ocasionou o desenvolvimento da burguesia, deixando Lisboa em uma posição especial. Contudo, ao aumento da riqueza acumulada na mão dos burgueses, não correspondeu uma elevação de seu nível na estrutura jurídico-política portuguesa. Assim, a desigualdade social persistia, tendo em vista que as classes políticas dominantes, a nobreza e o clero, continuavam a manter suas imunidades e privilégios. Tal situação provocou confronto entre a aristocracia e a burguesia, pois esta última, começando a se conscientizar de sua própria força, não mais aceitava o seu afastamento do núcleo da cena política.

As guerras, que eram um modo de vida da aristocracia, impediam as regulares ligações comerciais internas e externas da burguesia, atingindo os seus interesses principais. Esquadras inimigas, corsários e piratas no mar, roubos, saques e flagelações na terra paralisavam toda uma economia que dia a dia vinha progredido.

Contrariamente ao previsto no início de seu reinado, D. Fernando acabou por deixar uma imagem de grave crise nacional. As desastrosas e sucessivas guerras desfalcaram tudo e todos. As mudanças do valor das moedas e o lançamento de novas moedas alteraram os preços dos produtos. Grande parte da marinha foi destruída, o tesouro ficou exausto, a economia, asfixiada. Os maus anos agrícolas agravaram a situação nos campos.

Com a morte de D. Fernando em outubro de 1383, e como ele não deixara nenhum filho varão da rainha D. Leonor, a herança do reino ficaria com a infanta D. Beatriz, juntamente com o seu esposo, D. João I, rei de Castela, cumprindo o artigo décimo terceiro do Contrato de Salvaterra de Magos realizado entre Portugal e Castela. Mas devido à menoridade de D. Beatriz, sua mãe, também em cumprimento do tratado, assume a regência, de outubro a dezembro de 1383.

A tensão era grande, pois os nobres portugueses temiam a execução do contrato, apesar de terem concordado com ele, principalmente no artigo que elevava o rei de Castela também a rei de Portugal.

A insatisfação se alastrava por Portugal e, principalmente, em Lisboa. A população não aceitava ver sua pátria submetida à Castela, e por isso defendia a subida ao trono do infante D. João, o Mestre de Avis, filho bastardo do rei D. Pedro.

Atribuíam-se todos os males nacionais ao conde Andeiro, então amante de D. Leonor, pois ele exercia o papel de braço direito da rainha e representava o cordão umbilical que ligava Portugal a Castela.

Houve muitas tentativas falhadas com o objetivo de assassinar o conde, mas, por fim, o Mestre de Avis, apoiado por seus partidários, segue para o palácio onde se encontravam D. Leonor e o conde Andeiro e acaba por matá-lo. Morto o conde, o povo lamentava não terem matado também a rainha. O Mestre de Avis passa a ser aclamado por toda a população.

D. João, Mestre de Avis, inicialmente apoiado por muitos, vê-se pouco a pouco abandonado pelos seus mais confiáveis companheiros. Na realidade, as pessoas tinham medo da rainha e dos seus parentes e mais medo ainda do convite que ela fizera ao rei de Castela para entrar em Portugal.

Receoso do seu futuro, o Mestre de Avis decide fugir para Inglaterra, mas o povo, consciente da necessidade de um nobre de alta estirpe que os apoiasse, impediram-no de fugir, atribuindo-lhe o cargo de Regedor e Defensor dos Reinos de Portugal e de Algarve. Apesar de Lisboa lhe oferecer os seus préstimos, o Mestre hesita em aceitá-los. Por fim, decidiu ficar.

A primeira providência que o Mestre de Avis tomou, logo que foi aceito por toda a cidade para o cargo de Regedor e Defensor, foi a criação de um governo. Portugal fica assim com dois governos. Um, o legítimo, que permanecia junto da rainha D. Leonor; outro, o ilegítimo, saído da revolução lisboeta, com a difícil missão de resolver os problemas imediatos e realizar a defesa do reino.

A composição social dos membros do governo do Mestre de Avis também é revolucionária. Para o cargo de chanceler foi escolhido João das Regras e os demais membros do governo também não pertenciam à nobreza. O primeiro nobre a juntar-se a este Conselho foi Nuno Álvares Pereira, por decisão expressa do Mestre. Esta foi a primeira vez na história de Portugal que o governo foi composto de vários membros, mas sem nobres e com um único eclesiástico. É a ruptura de uma composição social de governos de todo o passado português.

Desde a formação do Governo Revolucionário, João das Regras esclarecia o Mestre de Avis e a cidade de Lisboa sobre todos os problemas de natureza jurídico-política que iam surgindo, apontando e sugerindo medidas para a sua resolução.

D. João I subiu ao trono em 6 de abril de 1385, por meio de eleição realizada após um interregno complicado, eleição realizada nas Cortes de Coimbra. Era um entre diversos candidatos juridicamente mais sólidos: D. Beatriz, filha única legítima do rei D. Fernando, e D. João ou D. Dinis, filhos do rei D. Pedro e de D. Inês de Castro, dos quais não se sabia ao certo se deveriam ser considerados legítimos ou não. As cortes, de que estavam ausentes os partidários de D. Beatriz, dividiram-se em dois blocos: um, apoiado pelos conselhos e por uma parte da nobreza, votava em D. João, Mestre de Avis; o outro, constituído por outra parte da nobreza e provavelmente pela maioria dos prelados, preferia D. Dinis. O jurista João das Regras, orador oficial das cortes, encarregou-se de provar, em longos discursos, a inelegibilidade dos adversários do Mestre. Esses discursos, apoiados em inquérito parlamentar sobre a veracidade ou não do casamento de D. Pedro com D. Inês, foram decisivos para aquietar legitimistas, mas não tiveram força para vencer os adeptos dos infantes Castros. E as cortes foram-se arrastando na indecisão. Finalmente, quase 30 dias após o início dos trabalhos, o Parlamento, por unanimidade, elegeu o Mestre de Avis. Parece ter sido uma unanimidade conseguida mais pelas ameaças do condestável D. Nuno Álvares do que pelas razões de João das Regras.

Em agosto de 1385, poucos meses após a subida ao trono, D. João I vai opor-se em batalha campal ao rei castelhano, que pela segunda vez invadia pessoalmente Portugal a fim de fazer valer os seus direitos sucessórios e o Contrato de Salvaterra de Magos. A batalha trava-se perto de Leiria, na aldeia de Aljubarrota. As forças eram muito desiguais, com vantagem para os castelhanos. Do lado dos portugueses, encontrava-se na ala direita do exército, comandada por Mem Rodrigues, a Ala dos Namorados, onde tremulava a bandeira verde, símbolo de suas esperanças amorosas. Todos os jovens cavaleiros, pensando em sua dama, em deus e na pátria que o rei simbolizava, preparavam-se para a luta. A ala esquerda, comandada por Antão Vasques, compunha-se na sua maior parte por estrangeiros. Na retaguarda estavam o rei e outros cavaleiros. Mas fosse porque os portugueses tiveram tempo de preparar o campo, fosse porque a tática adotada desconcertou o atacante, fosse porque os castelhanos subvalorizaram os seus contrários, fosse por tudo isso junto mais o cansaço dos invasores, a verdade é que em poucas horas o pleito ficou resolvido. D. João I e o seu condestável obtinham a vitória mais retumbante da história de Portugal, a da batalha de Aljubarrota.

O reinado de D. João I pode ser considerado em duas fases. Uma até 1411; e outra até ao fim, 1433. A primeira foi marcada pela guerra contra Castela, de independência e fortalecimento da nação; a segunda pela guerra expansionista de Marrocos e início das explorações atlânticas. Paralelamente, foi-se atentando para a administração interna.

Com relação a esse último aspecto, pode-se dizer, em linhas gerais, que o reinado de D. João I é marcado pela superação do caos instaurado no tempo da revolução; pela imposição da autoridade monárquica sobre o clero, a nobreza e os conselhos, e pela instauração de uma aura de prestígio da dinastia em todo o espaço português.

Esse breve percurso histórico por nós realizado justifica-se em função de que no romance **O Monge de Cister**, de Alexandre Herculano, detectam-se várias referências ao período da tomada do poder pelo Mestre de Avis. Embora condensando os dados apresentados pela história real, Herculano recupera toda a sequência de acontecimentos, a começar pelos problemas causados pela morte inesperada do rei D. Fernando, conforme se pode observar no trecho a seguir:

Pouco depois faleceu D. Fernando, deixando o reino pobre e dividido em facções: uns seguiam o bando del-Rei de Castela D. João I, como representante de sua mulher D. Beatriz, filha de D. Fernando, que antes de morrer, a declarara herdeira da coroa, ficando regente do reino a Rainha D. Leonor: outros entendiam que a um dos Infantes filhos de D. Pedro I e de D. Inês de Castro, que então andavam em Castela, competia a herança do reino: outros, enfim, inclinavam-se ao Mestre de Avis, irmão bastardo do rei falecido e príncipe geralmente amado por suas muitas bondades e cavalarias. A morte do Conde Andeiro, perpetrada pelo Mestre dentro dos paços dos Infantes, onde D. Leonor habitava, foi um sinal de uma revolução popular, que de Lisboa se derramou por todo o reino com espantosa rapidez (OMC, 1965, p.48)².

O romance levanta também a questão da nobreza impatriótica durante a disputa do reinado entre os possíveis pretendentes. Essa classe social apresentava-se dividida em relação à escolha do futuro rei ou rainha, preocupando-se seus integrantes apenas com os benefícios que lhes poderiam advir. Pensavam, assim, unicamente em seus interesses pessoais, não se importando em trair a nação portuguesa, se fosse necessário:

² Os trechos do romance **O Monge de Cister** serão sinalizados pela sigla OMC.

Os nobres e senhores com os seus clientes encostaram-se, pela maior parte, à parcialidade de Castela, alguns à do Mestre de Avis, raros à dos filhos de D. Inês, bando que, de certo modo, era uma pequena excrescência no que seguia a voz de D. Beatriz. Grande número de fidalgos, conservando-se neutros no meio desta célebre luta ou passando de um para outro lado, segundo as probabilidades do triunfo ou segundo seus ódios e amizades particulares, ajudaram a prostrar uma guerra que deixou Portugal devastado, e empobrecido para muito tempo os reinos de Leão e Castela (OMC, 1965, p.48).

Mas ao lado dessa nobreza, aparecem tanto no romance como na história, nobres grandiosos, que demonstram devoção e lealdade ao chefe da nova dinastia e à liberdade nacional. É o caso de Nuno Álvares Pereira, grande responsável pela vitória da batalha de Aljubarrota e braço direito do rei.

A batalha de Aljubarrota, logo no início do reinado de D. João I, é trazida para o romance pela personagem ficcional Vasco, que fez parte da Ala dos Namorados. Neste caso, Herculano insere uma personagem por ele criada no contexto da história real, personagem que se relaciona com outras personagens históricas, como é o caso de Mem Rodrigues e do condestável D. Nuno Álvares:

Há três anos, não longe da morada de meu velho pai, em Aljubarrota, pelejava eu na Ala dos Namorados por livrá-lo a ele e a terra da pátria do estranho domínio: pelejava na ala de Mem Rodrigues, porque amava a nobre donzela Leonor; e vós sabeis que Mem Rodrigues só dava entrada naquela ala aos que tinham uma dama dos seus pensamentos. Vencemos essa memorável peleja. Segui, depois, o pendão do Condestável (OMC, 1965, p.17).

Ainda com relação à mesma batalha, tem-se configurado em **O Monge de Cister** um diálogo entre D. João I e o chanceler João das Regras, observando-se aí uma pequena alteração quanto ao que a história apresenta, tendo em vista que no romance consta terem participado da batalha “quinhentos arqueiros ingleses” (OMC, 1965, p. 120) enquanto a história assinala pouco mais de cem homens (CHAGAS, s.d., p. 348).

Em **O Monge de Cister** observa-se um Portugal vindo do século XII, de um estilo medieval, com uma estrutura social e política cavaleiresca e feudal que começa a ser reformulada no reinado de D. João I, visualizando-se uma nação mais moderna e unida. Um Portugal em que a legislação e os juristas definirão instituições e garantia de direitos contra arbítrios pessoais, em que o poder real começa a fortalecer-se, apoiando-se no povo. As transformações sócio-políticas e a nova estrutura da

sociedade causaram medo na aristocracia, que perderia muito com essas modificações enquanto outros grupos sociais ganhariam mais espaço na vida social portuguesa. A sinalização para esse quadro de mudanças é perceptível na seguinte passagem:

a revolução que colocara no trono o filho bastardo de Pedro I fora essencialmente popular (...) A aliança do rei com os concelhos era antiga: começara no berço da monarquia. O povo interessava em que o poder desta vigorasse dilatando-se, porque era esse o meio de se libertar das tiranias locais: o rei interessava em que os concelhos fossem poderosos e livres, porque eram a alavanca mais bem temperada para aluir a independência da aristocracia e fazê-la cair despedaçada em volta de seu trono (...)
Para acabar de destruir a preponderância e até o equilíbrio dos elementos políticos a pena do jurista, mais pesada que o montante do soldado, porque representava a inteligência, achava-se na balança do lado do cetro (OMC, 1965, p.133-134).

Na narrativa de Herculano normalmente se identifica uma caracterização positiva do reinado de D. João I e, nesse sentido, o autor estaria reafirmando a postura de alguns historiadores e também a de Fernão Lopes na sua **Crônica de D. João I**. Entretanto, é necessário ressaltar que essa visão não é unânime, havendo outros estudiosos, como é o caso de José Mattoso e Armindo de Sousa (1993), que assinalam problemas sérios enfrentados pelos portugueses naquele período, conforme registrado anteriormente. Em um ponto parece haver uniformidade de opinião entre os historiadores: veem, de modo crítico, as sisas, imposto municipal que foi vinculado ao rei. Diferentemente, no romance não se detecta qualquer comentário negativo a respeito das sisas, apenas uma referência rápida, o que nos permite sugerir que o autor tende a amenizar circunstâncias desfavoráveis do reinado: “O sistema das contribuições gerais, que se estabeleceu e caracterizou definitivamente nas sisas de D. João I, recebeu depois, nos séculos que mediam até nós, o seu inteiro desenvolvimento” (OMC, 1965, p.81).

A corte de D. João I era conhecida, antes de tudo, como sendo a corte de uma moralidade notável, as ofensas aos costumes eram reprimidas com grande severidade.

A moralidade, tão defendida por D. João I, aparece fortemente representada na rainha D. Filipa. A história retrata-a como uma excelente senhora, ótima esposa, boa mãe e boa educadora. É vista como um modelo e regra de virtude conjugal para

os casados, guia e ensino para donzelas, e sinônimo de honestidade do reino. Todas essas qualificações vêm reafirmadas em **O Monge de Cister**, como se pode notar pela passagem que segue:

A virtude severa de D. Filipa, chamada pelo povo a Boa Rainha, influíra grande parte no contraste que oferecia a corte do Mestre d' Avis com a de seu irmão e predecessor, onde os terrores do veneno ou do ferro assassino, que pesavam carregados e sombrios em todas as frentes, se associavam deleites objetos; onde a prostituição e a morte tripudiavam juntas em coréias infernais. (...) os paços onde habitava essa angélica mulher, a cujos cuidados maternos deveu, talvez, Portugal os três mais belos caracteres da sua história, os três irmãos Duarte, Pedro e Fernando, foram para o chefe da Dinastia de Avis, como um templo, cujos umbrais a nenhum pensamento impuro era permitido cruzar (OMC, 1965, p. 153).

Contrariamente, a presença da imoralidade pode ser exemplificada por meio do episódio, ocorrido em 1389, envolvendo a personagem histórica Fernando Afonso, camareiro-menor do rei. Ele trai a confiança do rei e viola a moralidade quando mantém encontros escusos com D. Leonor, uma das damas da rainha. Tanto no discurso ficcional quanto no discurso histórico nota-se que o rei foi enérgico na sua punição.

Existe no decorrer do romance toda uma arquitetura com o propósito de traçar o perfil da personagem histórica Fernando Afonso, que utilizava o nome D. Vivaldo para realizar seus casos amorosos às escondidas. Representava, assim, dois papéis: um, perante o rei, que tinha predileção por ele, e, outro, quando frequentava lugares de devassidão.

Como D. Vivaldo, ele enganou D. Beatriz, irmã de Vasco, fazendo-lhe promessas de amor. Acabou fugindo com ela, e, posteriormente, abandonou-a, deixando-a desonrada e também toda a sua família, o que motivou o ódio de Vasco.

Fernando Afonso só é desmascarado no final do romance, quando Vasco procura o rei D. João I em seu palácio em meio a um sarau, conta-lhe tudo o que aconteceu com sua irmã e clama por justiça. Simultaneamente, a personagem ficcional truão Ale se infiltra nos paços de S. Martinho, local restrito às damas da rainha, para averiguar se Fernando Afonso lá se encontrava com D. Leonor. Comprovado esse fato, dirige-se ao local onde estavam o rei e Vasco e relata o que viu. Diante das evidências, D. João I age firmemente, desconsiderando a predileção que sempre manifestou por seu camareiro-menor.

Toda essa artimanha narrativa para desmascarar Fernando Afonso é produto da invenção de Herculano, que se baseou no fato verídico de Afonso ter sido flagrado com uma das damas da rainha, ter fugido para a Igreja de S. Paulo e S. Elói e ser perseguido pelo rei, que ordenou que ele fosse queimado, desfecho que também é minuciosamente entrançado no romance.

Durante a época de D. João I, a arquitetura gótica foi inserida em Portugal em consequência das relações íntimas que existiram entre a corte portuguesa e a inglesa, sob a influência dos construtores da catedral de York.

Em todo o romance existe uma retomada da arquitetura de Portugal, visualizando-se não apenas a feição gótica das construções, mas também a mourisca, por influência da invasão moura:

duas janelas, cujas vergas se arqueavam à feição de uma ferradura, aberta nos dous extremos da frontaria, a igual distância do largo e achatado portal que lhes ficava no meio, desdiziam das frestas pontiagudas e estreitas que davam luz às moradas vizinhas, bem como o portal, igualmente terminado em volta de ferradura, contrastava com as elegantes portadas góticas dos outros edifícios, cujos telhados angulosos e bordados de ameias também diversificavam do teto daquele edifício mourisco (OMC, 1965, p. 59).

Outro aspecto significativo focalizado em **O Monge de Cister** diz respeito ao clero, com suas contradições e negligência para com o povo. O clero, com suas diversas comunidades religiosas, tornou-se poderoso instrumento de senhorialização. Não dispunha de armas, mas conhecia a escrita e, podia, com a sua ajuda, acumular bens de geração para geração e registrar sem falhas a lembrança dos foros a pagar. Não se esquecia de guardar os títulos de propriedade e quando era preciso exhibia-os perante os tribunais, que assim lhe davam sempre razão. Podia também dedicar-se mais do que os senhores à exploração das terras, aos desbravamentos, à acumulação de rendas para vender a bom preço nos anos maus. Das várias comunidades existentes, dentro da Igreja, a que tem importante configuração dentro do romance é a Ordem de Cister, que praticava a gestão direta, usava o trabalho manual dos conversos – uma mão-de-obra praticamente gratuita –, entrava a fundo na economia de produção e de troca, edificava granjas perto das estradas e encruzilhadas, estudava a melhor maneira de conservar os gêneros para não se deteriorarem, comprava terras sem cessar.

O mais importante mosteiro cisterciense em Portugal foi o de Alcobaça, organizado em bases novas, que fizeram dele o primeiro foco de colonização no seu gênero, além de centro erudito de primordial importância.

Os cistercienses ficam mais ligados à alta aristocracia e parecem também relacionar-se com cavaleiros vilãos dos concelhos. A sua acumulação de bens e de dinheiro traz-lhes, a partir do princípio do século XIII, a antipatia das populações locais, fato que é realçado no romance de Herculano:

Os habitantes de Turquel e de Évora, povoações que ficavam dentro dos coutos de Alcobaça, cansados de sofrer as vexações de D. João d'Ornelas, tomaram a heróica resolução de recorrer a el-Rei para que, como pai de seus vassallos, atalhasse a destruição que, semelhante à raposa em festa noturna de capoeira bem povoada, neles fazia sua despótica e dissoluta Reverendíssima, o mui honrado Padre Abade (OMC, 1965, p. 54).

A riqueza da Ordem de Cister vem configurada na narrativa do escritor romântico principalmente pela personagem histórica D. João d'Ornelas, o abade de Alcobaça, conhecido por suas crueldades em relação ao povo e por extrapolar o poder que o cargo lhe conferia. Percebe-se a ironia infiltrada no trecho acima por meio da qualificação atribuída ao abade, que, na verdade, de honradez nada manifestava.

Essa personagem personifica os males do clero, por exemplo, quando demonstra ser egoísta, maldosa, corrupta, preocupada somente com seus interesses próprios, com o luxo e não com a simplicidade:

A grandeza e o luxo do sacerdote cavaleiro eram objeto de geral admiração e inveja, a ponto de haver, até, quem dissesse que tal maneira de vida desdizia o que quer que fosse dos preceitos do Evangelho e não se casava exatamente com a regra monástica de S. Bento, patriarca não só dos monges negros ou beneditinos, mas também dos monges brancos ou cistercienses (OMC, 1965, p. 49).

D. João d'Ornelas, de fato, contraria alguns dos princípios que embasavam a Ordem de Cister, tais como a busca da solidão, a vida austera e de pobreza.

Outro fato que ocorre no romance envolvendo D. João d'Ornelas diz respeito à má influência que exerce sobre frei Vasco, tendo em vista que instiga o ódio que este sentia por Fernando Afonso. Esta maneira de proceder do abade visa favorecê-lo pessoalmente, porque ele odiava o camareiro desde a época de sua eleição para abade de Alcobaça, que ocorreu em circunstância extraordinária: o papa reservara

para si o provimento da abadia e foi ele quem confirmou a eleição, diferentemente da eleição dos antigos abades de Alcobaça que costumavam ser eleitos pelos seus monges e confirmados pelo Mosteiro de Claraval na França.

Em consequência disso, o arcebispo D. Lourenço, então coletor apostólico em Portugal, entendeu que devia exigir do novo abade a anata ou a renda do primeiro ano de seu governo, mas, também D. João d'Ornelas entendeu que não devia pagá-la. Depois de muita luta, o arcebispo se retirou para o Porto, onde continuou a demanda, que finalmente foi decidida em Roma a favor de D. João d'Ornelas.

O ódio recíproco dos dois ministros da Igreja estendeu-se, como era de se esperar, aos partidários de ambos. Fernando Afonso, que apoiava o arcebispo, se atreveu a entrar em conflito com o abade e enviou um pergaminho para o rei com as reclamações das pessoas dos coutos de Alcobaça, que não suportavam mais as vexações do abade. Tal documento não modificou o rumo da situação da população ao redor de Alcobaça e tão pouco afetou D. João d'Ornelas, que soube de tudo que Fernando Afonso fizera e jurou vingar-se desde então.

Postura completamente inversa à do abade apresenta a personagem ficcional Fr. Lourenço, monge cisterciense que tenta de todas as maneiras afastar Vasco de sua vingança. Fr. Lourenço é uma pessoa de boa índole, incapaz de fazer maldades, sempre pronto a auxiliar as pessoas. O confronto entre os dois representantes tão distintos da ordem de Cister vem claramente retratado na narrativa de Herculano:

Chamamos bom a Fr. Lourenço, e com razão assim o qualificamos. Apesar das emburilhadas e demandas em que freqüentes vezes o metia o despótico, violento, cobiçoso e ao mesmo tempo perdulário D. João d'Ornelas; apesar dos trabalhos escolásticos, que não pouco lhe quebravam a cabeça, Fr. Lourenço Bacharel ainda sabia achar tempo para gastar em obras de caridade (OMC, 1965, p. 15).

O abade e Fr. Lourenço representam duas entre as várias personagens históricas e ficcionais que coexistem em **O Monge de Cister**, romance que ao trazer para dentro do universo ficcional um período da história portuguesa possibilitou que entrecruzássemos os dados fornecidos pela história e manipulados na narrativa.

A figura do narrador no constructo entre “verdade” e “verossímil”

No prefácio de **O Monge de Cister**, Herculano chama a atenção para a importância de se retomar o passado como busca da identidade nacional para as

gerações vindouras, aponta para a força da literatura na tarefa de preservar a memória nacional, ressalta o valor da liberdade de reconstruir em imaginação o que já se passou, isto é, transformar as memórias da história de Portugal em uma obra artística.

Ao que tudo indica, esses pressupostos foram alcançados em **O Monge de Cister**, pois será por meio do discurso literário que nós, leitores, nos inteiramos de um determinado período da história portuguesa, período referenciado pelas personagens históricas e ficcionais e, principalmente, pela figura de um narrador que opina, que faz considerações sob diferentes aspectos, que discute o próprio processo narrativo e dialoga intensamente com o leitor, manifestando-se ainda de forma irônica em alguns momentos.

De início, podemos considerar a presença de um narrador em 3ª pessoa onisciente, pois tem pleno domínio do universo narrado, seja com relação aos fatos e personagens históricos, seja quanto à caracterização pormenorizada especialmente da personagem ficcional Vasco, evidenciando todas as suas particularidades, tudo que existe de mais íntimo, de mais profundo em seu ser.

Esse narrador em 3ª pessoa não se limita a relatar os acontecimentos, mostrando-se crítico em relação a algumas personagens históricas, como o abade D. João d'Ornelas e o camareiro Fernando Afonso.

Na caracterização negativa que faz de Fernando Afonso, por exemplo, associa, paralelamente, a incoerência diante da possibilidade de ele vir a receber o grau de cavaleiro:

[...] no seu olhar voluptuário, nas rugas quase imperceptíveis mas frequentes das faces, no descorado dos lábios e no perfil levemente suíno do rosto descortinavam-se-lhe os sentimentos ignóbeis e as ruínas que naquele corpo e naquela alma tinha causado o excesso de deleites. (...) O grau de cavaleiro, não raro bem cabido entre valentes homens d'armas, era também (salva a ideia enérgica e generosa que representava) a fita, a comenda, a grã-cruz, o dixe enfim, com que no século XIV se regalava muitas vezes a fofice de paspalhões e parvos (OMC, 1965, p. 66).

É em situações semelhantes a essa que se infiltra a ironia do narrador, o que se pode observar na maneira como retrata o abade:

[...] o mui nobre D. João d' Ornelas(...) fronteiro-mor e senhor das terras e vilas dos coutos do mosteiro com alçada no cível e no crime.(...) E ainda que o Colégio de S. Paulo não oferecia todas as comodidades necessárias para tão ilustre e respeitável magnate,

todavia ele preferia fazer residência em uma casa habitada por membros da sua ordem a outra qualquer pousada grandiosa, querendo, talvez, mostrar com isso que antepunha a todas as magnificências profanas a vida monástica, áspera em si, é verdade, mas que ele sabia converter em existência de suavidades e deleites, sem lhe tirar o perfume da santidade do claustro (OMC, 1965, p. 50).

Diferentemente, a voz em 1ª pessoa do plural se fará presente em ocasiões em que se distingue a proximidade do narrador com o objeto da narração, a ponto de ele se inserir na cena em que transcreve: “Mas a nossa barca, ou antes a barca afretada por Fr. Lourenço, abicou a Restelo. Saltemos em terra com os dous cistercienses” (OMC, 1965, p. 33).

Nos momentos de digressão, ou seja, quando o narrador interrompe a sequência dos fatos da história que está contando para tecer suas considerações, ecoará também a voz narrativa em 1ª pessoa do plural, como se pode observar na seguinte passagem:

O monge não respondeu nada.
Também nós não protrairemos por mais tempo esta cena de luta moral, em que o virtuoso velho trabalhava por salvar um desgraçado, que nascera bom e honesto, e que a sociedade fizera culpado. Mentirosa, corrupta e má, a vida social, cheia de erros, preocupações e vícios, danada nas instituições e nas leis, nas crenças e nos costumes, educa as gerações e os indivíduos, legando-lhes largo cabedal de perdição [...] (OMC, 1965, p. 32).

É também por meio das digressões que o narrador em 1ª pessoa do plural estabelece um paralelo entre o passado e o presente, contrastando fatos referentes à época da história relatada, o século XIV, ou ainda outros séculos, com o que se verifica no momento da enunciação, ou seja, no século XIX.

Uma das manifestações mais significativas nesse sentido realiza-se no contraponto que faz da cidade de Lisboa, começando por caracterizá-la já na época de D. Fernando I (1373), passando pelos séculos XV e XVI até atingir o XIX. É uma visão altamente crítica e Lisboa vem revestida de traços humanos:

Era pela assomada oriental deste monte que a cidade findava do lado do poente. El-Rei D. Fernando I lhe dissera – “não passarás daqui” – e cingira-a com uma cinta de muros, torres e barbacãs (...) Este pensamento, posto em execução e levado a cabo em dous anos, salvou daí a pouco Portugal das garras de Castela. Mas quando os tributos da África e as riquezas do Oriente caíram como orvalho sobre a cidade dos muitos séculos, ela, desmentindo as palavras de D. Fernando e semelhante a um velho carvalho, começou a brotar

renovos pelas fendas do seu córtex de pedra (...) Lisboa, a sua filha, graciosa, pudica, pura na antiga pobreza, cresceu na abundância e no luxo, quebrou o cinto que a encobria, sorriu-se e chamou, como mulher perdida, os estrangeiros que passavam (...)
 Cidade, donzela e pura do século XIV, por que rasgaste o teu véu de inocência? (...) Quando hás de tu ser quem foste, oh terra de D. João I? (OMC, 1965, p. 33-34).

Em outras situações de digressão, o narrador em 1ª pessoa do plural transmuda-se em 1ª pessoa do singular, e, parecendo trazer consigo o autor, rememora fatos do passado individual. No capítulo XVII, por exemplo, intitulado “A Procissão de Corpus”, o autor/narrador realiza uma digressão que traz à memória a nostalgia de êxtase religioso que sentia na infância:

Um dia-santo; um dia-santo!...Assim juntas, estas duas palavras são as mais sonoras, as mais pinturescas, as mais saudosas da nossa língua; para mim, ao menos. De todas essas memórias passadas, cujas ruínas o descrer da idade de homem me tem alastrado pelo coração, uma sei eu que vive ainda nela fresca e viçosa e que me parece morrerá só quando eu morrer. É a lembrança dos dias-santos dos meus tenros anos (OMC, 1965, p. 127).

Consciente de seu processo digressivo, o autor/narrador, dirigindo-se ao leitor, manifesta sua “autocrítica” por estar se desviando do fio principal da narrativa, e clama pelo retorno da figura do narrador para dar sequência à história: “Leitor, que tens tu com isso, comigo, com meu **spleen**? Prometi contar-te uma velha história. Boa ou má, queres ouvi-la, e não uma autobiografia íntima. Vou obedecer-te. Escusas de gritar mais: - “Avante, narrador!” (OMC, 1965, p. 129).

A invocação ao leitor, predominantemente em 1ª pessoa do plural, retornará muitas vezes, aliás, em **O Monge de Cister** detecta-se a presença do leitor como fator determinante da existência do texto. Gera-se, assim, uma interação narrador/leitor que aponta para uma condição dialógica de todo o ato de linguagem, segundo o qual o sujeito que narra solicita necessariamente uma instância receptora.

A rigor, o mesmo leitor que repetidas vezes é invocado no romance não pode ser confundido com o leitor real, é uma entidade ficcional que questiona o narrador: “Mas quem eram estes dois homens? [...] Em que tempo era isto? Natural é que o leitor faça tais perguntas, às quais temos a obrigação de responder” (OMC, 1965, p.14).

No exercício lúdico tecido entre o texto e o leitor, o narrador chega a convidá-lo a participar de forma mais direta da sequência dos acontecimentos, inserindo-o no próprio mecanismo narrativo:

Se o leitor quiser partir de Restelo conosco adiante dos dous cistercienses e acompanhar-nos até à portaria do Colégio de S. Paulo, aonde precisamos de chegar antes deles, dar-lhe-emos conhecimento com um personagem de quem já falamos, mas que ainda não apresentamos em cena (OMC, 1965, p. 48).

O narrador chama a atenção do leitor para a importância da história, recriminando de modo irônico aqueles que fecham os olhos para o passado português, julgando-se superiores por viverem em uma época regida pelo chamado progresso:

D. João I?! Ora essa! – exclamará alguns dos nossos leitores. – Deixai-nos com D. João II! Pobre bruto, que não sabia nem conhecia nada: nem os falanstérios nem os charutos de Havana; nem a mnemotécnica nem a pirotécnica; nem o sistema eleitoral, (...) nem os dentes postiços. Que temos nós, homens do progresso, da ilustração, da espevitada e desenganada filosofia, com esses casmurros ignorantes que morreram há quatrocentos anos? Tens razão, leitor. Fecha o livro, que não é para ti (OMC, 1965, p. 35).

Ainda é ao leitor que o narrador instiga no sentido de despertar-lhe a curiosidade para que continue o percurso da narrativa: “O mistério d’ódio implacável que aí se passou ficará patente aos olhos do leitor, se tiver paciência bastante para seguir conosco a série dos sucessos derramados nos seguintes capítulos” (OMC, 1965, p. 58).

Essas chamadas em citações anteriores para o processo de elaboração do texto consistem em mais uma das particularidades do narrador que circula em **O Monge de Cister**. São vários os momentos em que parece se mesclarem narrador e autor, dando origem a um diálogo com o próprio ato da construção do texto literário: “Ao passar pelo sítio onde tivera com Fr. Vasco a conversação que lemos no capítulo antecedente” (OMC, 1965, p. 45) e “Exporemos essas causas nas mais breves palavras que soubermos” (OMC, 1965, p. 73).

Em outras situações ainda, o autor/narrador, depois de reproduzir um diálogo exaltado, simulando, assim, sua presença diante da cena, evidencia o que “ouve” e como se processou a transformação para a escrita: “Estas e outras exclamações e brados irritantes, acres, afrontosos, choviam de todos os lados, não, como nós os

escrevemos, sucessiva e pausadamente, mas cruzando-se, atropelando-se, confundindo-se” (OMC, 1965, p. 87).

Às vezes, o autor/narrador explicita o retorno a um fio narrativo, encadeando um acontecimento mais recente com a antecipação sugerida antes, o que se verifica, por exemplo, entre a passagem da p. 48, já transcrita, e a que segue: “Isto que vamos dizendo refere-se ao que sucedia poucos dias depois dos acontecimentos que o leitor presenciou, por ter tido a condescendência para conosco e para com Fr. Lourenço de nos acompanhar a Restelo” (OMC, 1965, p.94).

Ainda mais além vai o autor/narrador: faz coexistir, num mesmo plano de narração, a personagem, o leitor e o próprio ato de narrar, conjugando, assim, elementos do enunciado e da enunciação:

Aproveitamos o silêncio de Beatriz para instruímos o leitor da situação de algumas das personagens que têm intervindo nos sucessos que nos propusemos narrar, personagens que, tempo há, perdemos de vista. Agora pedimo-lhes cortesmente que volte de novo a atenção para o que se passava na Rua de D. Mafalda ao começarmos o presente capítulo (OMC, 1965, p.95).

A propósito da finalização do capítulo XIII e do início do capítulo subsequente, o autor/narrador aproveita para fazer considerações sobre determinados gêneros literários em sua época, aludindo também a elementos estruturais da narrativa:

Posto que a literatura destes nossos tempos – o drama e a novela – tenham levado tanta vantagem em rapidez de locomoção às vias férreas, quanto levam as dificuldades da imaginativa às forças mais enérgicas do mundo material, a nossa mutação, apesar disso, respeitará as sãs doutrinas da unidade de lugar e de tempo (OMC, 1965, p. 101).

E, por fim, é significativo ressaltar o que diz o autor/narrador a respeito da fonte utilizada para a escritura do romance: “Nada sobre isso dizemos que não seja extraído do raríssimo manuscrito de que vamos tirando a substância desta narrativa” (OMC, 1965, p.53). Ou ainda: “Não antecipemos, porém, os sucessos, e sigamos como até aqui, a ordem em que os achamos colocados no velho manuscrito” (OMC, 1965, p. 98).

O manuscrito surge como um atestado da veracidade da narrativa, e com isto visa dar uma aparência de “realidade” ao texto criado. De certo modo, o manuscrito isenta o autor/narrador em relação aos fatos narrados, pois, segundo o que ele nos

diz, adotando uma estratégia narrativa muito peculiar aos escritores românticos, o manuscrito será a base documental do seu texto literário:

Nas mãos do Conde, o honrado procurador era um instrumento que ele ia afeiçoando às suas miras na grande luta, ora oculta ora patente, do povo e dos conselheiros da coroa com as classes privilegiadas, entre cujos chefes (segundo se depreende do pulverulento e vetustíssimo manuscrito de que nos aproveitamos para tecer essa verídica história) D. Henrique Manuel tinha um dos mais distintos lugares (OMC, 1965, p. 72).

Ainda a propósito do manuscrito, o autor/narrador faz um comentário sobre os historiadores, assinalando que informações não divulgadas por eles encontram-se no manuscrito, como, por exemplo: “O que os historiadores, todavia, não relatam é que Fernando Afonso tivesse parte nessas dimensões, nem que entre ele e o Arcebispo houvesse relações algumas” (OMC, p. 53).

Assim, encerramos o percurso do narrador em **O Monge de Cister**, narrador que se desdobra ao longo do romance, que vai se transformando à medida que a história avança, conduzido por um autor que lhe acompanha os passos.

Considerações finais

O romance **O Monge de Cister** apresenta um prefácio, epígrafes e uma nota final que assumem a função de articuladores, simulando o próprio processo de criação, e nos remetem para dentro e para fora do texto.

As epígrafes que abrem os capítulos, além de dialogarem com o assunto referido em cada um deles, reportam à época medieval, tendo em vista serem os trechos coligidos de cronistas medievais. A nota final reforça-nos a curiosidade de pesquisar a história real portuguesa, principalmente, em função do autor informar-nos que supriu as notas históricas explicativas que, de início, acompanhavam o seu texto literário. O prefácio, enfim, sintetiza a própria configuração do romance histórico de Herculano, uma vez que enfatiza a importância de se transformar literariamente o passado.

Constatamos então que, de acordo com a tendência que direciona o romance histórico, há em **O Monge de Cister** uma reconstituição do ambiente da época, ou seja, do ambiente histórico em que as personagens se movimentam. Nesse sentido, Herculano descreve a vestimenta de certas personagens, os diferentes bairros de

Lisboa, a forma de vida do povo, as festas tradicionais e as transformações sociopolíticas no reinado de D. João I. No entanto, não consegue atingir o mesmo nível de fidelidade encontrado nos romances históricos de Scott, que constituem o ponto de partida do teórico George Lukács (1977) para a caracterização desse gênero narrativo. Paralelamente, a história “funciona como o assunto primordial do texto” (MARINHO, 1999, p. 57) na maioria dos romances de Scott ao passo que Herculano recorre à história com o propósito de enfatizar o aspecto inventivo da ficção. Desse modo, a fatídica história de Vasco se sobrepõe à política de D. João I, fundo histórico do romance.

Quanto à participação de personagens históricas e ficcionais em **O Monge de Cister**, verificamos que as últimas ocupam os papéis principais, o que se nota também geralmente em Scott. Assim, no romance de Herculano, D. João I e João das Regras, representando as forças políticas em luta contra os privilégios da nobreza, não alcançam o lugar destinado à personagem ficcional Vasco na trama narrativa.

A diferença entre o herói de Herculano e o de Scott reside no fato de que o herói do escritor escocês apresenta um caráter moderado, não se deixando levar por uma paixão que interfira na sua capacidade de discernimento e de atuação. Na personagem Vasco, o que se constata é exatamente o contrário: sua vida é marcada por uma sequência de acontecimentos negativos que o levam ao desespero e ao desejo de vingança, dos quais não consegue libertar-se.

Por outro lado, ao trazer para o seu romance um período do passado português, Herculano recupera “poeticamente” a figura de D. João I, na medida em que focaliza de maneira positiva as transformações empreendidas em seu reinado e “fecha” os olhos para os aspectos negativos. Há uma reafirmação do passado, que é valorizado frente ao presente da enunciação. Não existe contestação, questionamento, bem diferente, portanto, do que se verifica no romance histórico contemporâneo.

A maneira como a história é vista pelo escritor romântico também nos direciona para o tipo de narrador que se visualizou predominantemente em **O Monge de Cister**: um narrador onisciente, onisciência que também se atesta em relação à história inventada. Paralelamente, observamos no romance referência à própria técnica narrativa, estabelecendo-se um constante e fictício diálogo entre o narrador/autor e o leitor.

Por fim, no jogo intrínseco entre a “verdade” e o “verossímil”, o “real” e o “ficcional”, dentro da perspectiva do romance histórico tradicional, manifesta-se ainda em **O Monge de Cister** o narrador detentor de um manuscrito, o que visa conferir certa veracidade à história contada, veracidade que se mescla à invenção de Herculano no seu universo ficcional.

Referências

- CHAGAS, P. **História de Portugal**. Lisboa: Escripório da Empreza, s.d. v.2.
- HERCULANO, Alexandre. **O Monge de Cister**. São Paulo: Ediouro, 1965.
- LUKÁCS, G. **La novela histórica**. Trad. J. Reuter. .México: Era, 1977.
- MARINHO, M. F. **O romance histórico em Portugal**. Porto: Campo das Letras, 1999.
- MARQUES, M. A. **Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal**. Lisboa: Colibri, 1998.
- MATTOSO, J. & SOUSA, A de. **História de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. v.2.

Recebido em 25 de abril de 2017
Aprovado em 03 de outubro de 2017